

Universidade Estadual de Feira de Santana

Cledinéa de Jesus Pereira

Memórias da educação rural na Feira de Santana- 1940/2000.

Feira de Santana
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Cledinéa de Jesus Pereira

Memórias da educação rural na Feira de Santana- 1940/2000.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Estadual Feira
de Santana, como exigência parcial para obtenção do
grau de Licenciado em História.

Orientador(a): Prof(a). Dr^a. Ione Celeste Jesus de Sousa

Feira de Santana
2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

A banca examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 09 de maio de 2016.

Profª Drª Ione Celeste Jesus de Sousa
UEFS/DCHF
Orientadora
[Instituição]

Profª Ana Paula Baptista da Silva Cruz,
Mestre em História –UEFS
SEC_Cachoeira.

Profª Daiane Silva Oliveira,
Especialista em Cultura Afro-Brasileira,
Mestranda em História/UEFS.
IFBA-Seabra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e coragem durante toda esta longa caminhada e por esta sempre iluminando meu caminho.

Agradeço aos meus pais: Antonio dos Santos Pereira e Marinalva de Jesus Pereira por acreditarem em mim, sempre incentivando e torcendo por meu sucesso.

Agradeço as minhas irmãs Eliene de Jesus Pereira e Lucineia Pereira Alves e ao meu irmão Fernando Augusto de Jesus Pereira pelo incentivo e força que sempre me deram.

Agradeço a minha orientadora Ione C. Jesus de Sousa pela enorme paciência que teve comigo.

Em fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para ter chegado até aqui.

RESUMO

Memórias da educação rural na Feira de Santana- 1940/2000.

Este trabalho aborda a educação rural em Feira de Santana através de dois conjuntos de fontes: das memórias de sujeitos que a vivenciaram, tendo trabalhado como professoras leigas ou estudado em escolas rurais da região, entre os anos de 1941 – 2000, no objetivo de comparar as experiências vividas por estes quanto a este tipo especial de magistério, seu alcance e limites. O segundo ponto foi analisar se ocorreu a incidência da Escola Normal Rural de Feira de Santana, entre 1941 e 1948, cujo objetivo era a formação de professores para exercer o magistério na zona rural. Como fontes históricas as entrevistas de duas ex-professoras leigas rurais e dois ex-alunos de escolas rurais. Utilizei também as prescrições educacionais normativas da época para formação desse tipo de docente disponíveis no Portal do INEP; os documentos de burocracia da escola, como os livros de Matrícula, de Correspondência e de Expediente. Também fiz uso do jornal *Folha do Norte* quanto a notícias e deliberações oficiais referentes a educação rural no município feirense.

Palavras-chaves: Escola Normal Rural de Feira de Santana, professores leigos rurais, memórias da educação rural.

ABSTRACT / RÉSUMÉ / RESUMEN

Memories of rural education in Fair Santana- 1940/2000

This work deals with rural education in Feira de Santana through two sets of sources: the subject of memories that experienced, having worked as lay teachers or studied in rural schools in the area, between the years 1941 - 2000 in order to compare the experiences of these as this particular type of teaching, its scope and limits. The second point was to examine whether there has been the incidence of the Rural Normal School of Feira de Santana, between 1941 and 1948, whose goal was the training of teachers to exercise the teaching profession in the countryside. As historical sources interviews two former rural lay teachers and two former students of rural schools. I also used the normative educational requirements of time for formation of such teaching available in the Portal INEP; school bureaucracy documents such as enrollment books, correspondence and Masthead. I also made use of the North Folha as news and official deliberations on rural education in the municipality Feirense.

Keywords: Rural Normal School of Feira de Santana, rural lay teachers, memories of rural education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
------------------------	----------

CAPÍTULO I: UMA ESCOLA PARA CIVILIZAR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS PARA O “SERTÃO FEIRENSE”	12
1.1 -UMA ESCOLA PARA CIVILIZAR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS:....	14
1.2 - PROFESSORAS RURAIS: REDES DE FAMÍLIA.....	25
1.3 - FORMANDO “PROFESSORAS RURAIS”: AS MATÉRIAS NOS ANOS DE 1940....	24

CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO RURAL FEIRENSE EM MEMÓRIAS DE PROFESSORAS E ALUNOS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	27
2.1 LUGARES DE ENSINO: DESIGNAÇÕES E NOMEAÇÕES DE PROFESSORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.....	30
2.2 MEMÓRIAS/ RELATOS DE PROFESSORAS LEIGAS E EX – ALUNOS.....	37
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Na segunda década do século XX a cidade de Feira de Santana possuía hegemonia no interior da Bahia por seu comércio de gado e demais gêneros alimentícios, que atraía pessoas de varias partes, que muitas vezes seguiam em direção a capital, Salvador. Contudo, o município enfrentava um sério problema educacional, com um número elevado de analfabetos, que em sua maioria viviam na zona rural. Como no restante do país na educação os índices do analfabetismo eram elevadíssimos, principalmente na população rural.

Vicente Reis colunista do jornal *Folha do Norte*, em matérias publicadas neste jornal, chamava atenção para a falta de escolas na zona rural da região.

Combate ao Analfabetismo

O semanário << Folha do Norte>>, o vanguardeiro das nobres causas, o maior combatente do analfabetismo nesta comarca, publicou, há mezes passados, o seguinte: Pedido escolar para os filhos dos pobres.

Ao sr. Prefeito municipal, pediu por escripto, o sr. Delegado da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo nesta comarca sr. dr. Vicente Reis, fosse solicitado do exm. sr. Interventor Federal no Estado a reabertura da escola primaria do << Ponto Central>> no subúrbio e a criação de uma escola pelo menos em cada um lugar desta comuna em que existe vultosa população infantil em idade escolar desprovida de instrução, mesmo rudimentar, comprometendo – se a obter professores gratuitos para os mesmos. [...]

Diz serem precisas escolas nos logares << Regado>>, << Penha>>, no distrito de Tanquinho; no distrito de São José, especialmente no lugar denominado << Pé de Serra>> e ainda em lugares do distrito de Humildes e Bomfim[...]

Entretanto, a resposta a este apelo, desde então, corre o infinito, ficando mesmo inactivos algumas destas escola.

Porem, agora, tendo este semanário << Folha do Norte>>, publicado, a sua ultima edição, que diminuiu as matriculas na maioria das escolas da capital do Estado. Decepcionando o sr. Secretario da Educação, e a volta o numero de escolares entre nós, quero dizer reportando – me aquelle meu pedido, que, ali há escolas e mobiliário, mas faltam os matriculados. Aqui, entretanto, temos alunos aos milhares, professores aos cantos, mas não possuimos nem escolas nem mobiliário. (Folha do Norte, n. 1601, 1940, p.2)

Segundo Vicente Reis as poucas escolas primarias que existiam na zona rural de Feira de Santana encontravam-se em péssimas condições e não atendia a população em idade escolar em razão da Secretaria de Saúde e Educação da Bahia *investir a maior parte dos recursos financeiros nas escolas da capital enquanto as do interior ficavam abandonados.*

De acordo com Almeida (2005; pg. 288), naquela época a educação rural no Brasil enfrentava varias dificuldades, as escolas das zonas rurais quase não recebiam verbas publicas para

a sua manutenção, nem existia suporte metodológico para os professores, que em sua maioria não possuíam formação profissional.

Segundo Ferreira (2011) educação rural no Brasil historicamente sempre ficou as margens dos principais programas educacionais, isto, ocasionou uma defasagem na condição do ensino dessa região, pois os investimentos não supriam as necessidades para que se produzisse uma educação de qualidade. Muitos projetos tentaram alavancar o ensino rural, mas sempre esbarrava no imaginário social que subjugava a zona rural desprovida de civilização.

Em suas próprias palavras;

Historicamente, presenciou – se no território rural uma educação desprestigiada, em que se escolhe o professor não pelo perfil, formação ou competência, mas por sua atuação política. Assim, percebemos que há um descanso quando à formação, à identidade, aos saberes e às práticas pedagógicas dos professores da zona rural. (FERREIRA, 2011, pg. 117)

Todavia a educação rural passar a ter uma atenção diferenciada a partir dos anos 30 a promoção de diversos projetos educacionais promovido pelo governo federal em pro da educação rural como aponta Dermeval Salviane. Apesar das promoções dos programas voltados para a educação rural, pouco se modificou na realidade dos indivíduos que viviam no território rural¹, eram poucos os estabelecimentos de ensino, que ficavam distante das residências dos alunos, os professoras em sua maioria eram leigas.

Ao contrario do que afirma Mirian Jorge Warde (1986) que os/as professor/as leigas era um “mal crônico da educação brasileira” que tinha que ser extirpado. No entanto durante anos estas foram as únicas a lecionarem em escolas localizadas em regiões de difícil acesso. No dicionário Interativo da Educação Brasileira Menezes & Santos que criaram o verbete Escolas Multisseriadas, a define com;

[...] as classes multisseriadas existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos, baseados na metodologia da aceleração e no telecurso, buscando atrair crianças e adolescentes em situação de rua, analfabetas ou defasadas em seus estudos, para que possam aprender e serem convencidos a continuar na vida escola (Apud Cardoso & Jacomeli, 2010)

Todavia a educação rural passar a ter uma atenção diferenciada a partir dos anos 30 a promoção de diversos projetos educacionais promovido pelo governo federal em pro da educação.

¹ As bibliografias que utilizei no decorrer da pesquisa, que tratam do ensino rural apontam que a condição do ensino rural era bastante precária, mesmo com os investimentos do governo. Estes não chegavam a seu destino.

Apesar das promoções dos programas voltados para a educação rural, pouco se modificou na realidade dos indivíduos que viviam no território rural², eram poucos os estabelecimentos de ensino, que ficavam distante das residências dos alunos, os professoras em sua maioria eram leigas.

Ao contrario do que afirma Mirian Jorge Warde (1986) que os/as professor/as leigas era um “mal crônico da educação brasileira” que tinha que ser extirpado. No entanto durante anos estas foram as únicas a lecionarem em escolas localizadas em regiões de difícil acesso. No dicionário Interativo da Educação Brasileira Menezes & Santos que criaram o verbete Escolas Multisseriadas, a define com;

[...] as classes multisseriadas existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos, baseados na metodologia da aceleração e no telecurso, buscando atrair crianças e adolescentes em situação de rua, analfabetas ou defasadas em seus estudos, para que possam aprender e serem convencidos a continuar na vida escola (Apud Cardoso & Jacomeli, 2010)

Segundo Warde (1986) essa pratica ocorria devido a acordos políticos que determinava a contratação / e nomeação destas. As duas ex- professoras que entrevistei em suas falas relatam que a instalação e permanência das escolas nas fazendas da família dependiam do governo em exercício.

Quanto a Feira de Santana, ainda nos anos 1950 as estatísticas apontavam que 68%³ de sua população ainda residiam na zona rural e pelo menos uma vez por semana se deslocavam à cidade para compra produtos ou vender os que tinham produzido, ocupando os espaços dos quais queriam retirar – los em nome do progresso da cidade.

Daquele período, os jornais feirenses trazem evidências que o Governo Federal retomou o ideal da civilização do país através da educação,” *da na busca construção de uma identidade do povo brasileiro e da nação brasileira*” (PRADO;2011;240) a partir da criação de uma rede escolar nos lugares mais afastados. O interior do país, que por muito tempo foi o símbolo do atraso do Brasil, passou a ser o lugar de onde iria sair à identidade nacional.

No imaginário social o homem do interior tinha sua imagem personificada na figura do “Jeca Tatu”, eternizado na escrita de Monteiro Lobato agora passou a ser personagem central nas representações sobre a formação da identidade nacional. Referente a então região Nordeste, e parte

² As bibliografias que utilizei no decorrer da pesquisa, que tratam do ensino rural apontam que a condição do ensino rural era bastante precária, mesmo com os investimentos do governo. Estes não chegavam a seu destino.

³ Dados extraídos da Enciclopédia dos municípios brasileiros. 1940.

da então Leste⁴, onde os períodos das secas ocorriam, o chamado *sertão*, nesta proposta, teria que se “desenvolver”.

Em acordo com este projeto de levar o ensino regular ao interior do país em 1940 o governador do estado modificou a estrutura administrativa da educação no estado da Bahia, a partir do Decreto n. 11. 762, 21 de novembro, na tentativa do melhoramento do ensino primário. Contudo, não se modificou as estruturas administrativas das escolas se não dava suportes pedagógicos e metodológicos aos sujeitos que ocupava as cadeiras dos professores desses locais, sendo que muitos eram leigos com pouca instrução.

Neste cenário educacional, as escolas normais rurais, criadas em 1934⁵, tiveram a função de transformador social da população rural do país, com a formação docente destinada a trabalhar no interior. Estas professoras seriam as responsáveis por levar a essas localidades “(...) a luz da instrução, acendendo as lamparinas do saber no meio do sertão”.(Maria Jose Magalhães. Discurso na Escola Normal de Feira de Santana; 1930. Apud SOUSA, 1999) .

Sud Mennucci, um dos defensores do ruralismo pedagógico nos anos 1940, desejava criar *uma escola que atendesse as necessidades de cada região, que o conteúdo didático abordado em sala de aula fizesse parte do cotidiano dos alunos*. De acordo com Prado (1995; pg. 6)

O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram – se diluídos entre o que se pôde perceber como interesse de caráter econômico das classes e grupos capitalistas rurais ou com interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram – se os intelectuais ligados a educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e características e opções que a escola deveria assumir a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional (PRADO; 2005 pg.6).

Em 1942, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, delimitou uma nova organização da educação no país, criando um novo plano educacional para todo país, mas com a responsabilidade dos municípios para sua execução.

⁴-Entre 1940 e 1969 os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, e o existente Estado da Guanabara, formavam a região Leste, com algumas modificações na nomenclatura.

⁵ A primeira Escola Normal Rural do Brasil foi instalada em Juazeiro do Norte, Ceara em março de 1934, com a finalidade de formar professores rurais.

As *escolas normais rurais*, enquanto instituições escolares específicas, foram implantadas entre os anos 1920 e início da década de 1930 com o objetivo de fixar os indivíduos em sua “terra” através da escolarização voltada ao rural, através da formação de um corpo docente destinado aos sujeitos que habitavam a zona rural.

Os estudos sobre estas instituições no Brasil são raros. Sobre a Escola Normal Rural de Feira de Santana⁶, só em identifiquei a dissertação de mestrado de Sousa, que analisa em seu terceiro capítulo a preparação de professorandas para atuarem nas escolas primárias rurais da microrregião.

A quase inexistência de pesquisa relacionada à Escola Normal Rural de Feira de Santana, e também por fazer parte do HISTEICE- grupo de pesquisa “Histórias da Educação: Formação e trabalho docente, Infâncias e Culturas Escolares”, despertou meu interesse para estudar esta instituição.

Delimitei meu recorte no período de 1941/1950, momento que a instituição escolar passava por transformações em sua estrutura administrativa que foi modificada a partir do decreto 11.276; e p; e do decreto n.º 14.307, de 05 de março de 1949, atendendo à Lei Estadual n.º 130, de 14.12.1948 e a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946).

Para do procedimento da pesquisa investiguei bibliograficamente sobre as representações de o sertão no pensamento social dos anos 1930/1940. Também fiz uma discussão bibliográfica sobre como as elites feirenses utilizaram-se dessa associação do sertão com o município para permanência da Escola Normal após a sua suspensão federal em 1941 investigação deste período utilizei as notícias veiculadas no jornal *Folha do Norte*, além dos decretos e leis acessíveis no portal do INEP.

No segundo capítulo, fiz uso dos livros da burocracia escolar da antiga Escola Normal Rural de Feira de Santana: livros de portaria para investigar as relações dentro da própria instituição; os livros de correspondências com intuito de analisar a relação escola/secretaria de educação; e os livros de matrículas que permitem traçar as origens destas “moças” que tinham por missão levar a “luz para o sertão” baiano.

⁶ Em 1935, a Escola Normal passa-se a denominar-se Escola Normal Rural. Em 1941, n. 6.047, de 19 de agosto modificou o nome da Escola Normal Rural de Feira de Santana somente na gestão do governador Otavio Mangabeira. Contudo, nas fontes de burocracia da Escola Normal Rural de Feira de Santana não ocorreu mudanças entre 1946, no ano de 1949, pelo decreto do (n.º 14.307, de 05 de março de 1949) atendendo à Lei estadual n.º 130, de 14.12.1948 e a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946), mais uma vez modificou as orientações educacionais na Bahia, este nome foi modificado para Escola Normal Rural e Ginásio Estadual de Feira de Santana.

A partir do método nominativo de Ginzburg (1989; pg. 174) que faz uso do nome como meio de identificação dos sujeitos, e que através dos nomes conseguimos distinguir os indivíduos e retraçar as alianças dos mesmos, fiz o cruzamento do sobrenome das normalistas em relação a designação de trabalho, buscando investigar influencias políticas nas mesmas.

Neste capítulo também trabalhei entrevistas de dois ex – alunos das escolas das escolas rurais, juntamente com o depoimento de duas professoras leigas que exerceram o magistério sem ter uma formação profissional.

CAPÍTULO I - UMA ESCOLA PARA CIVILIZAR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS PARA O “SERTÃO FEIRENSE”.

O Poeta da Roça

*Sou fio das mata, cantô da mão grosa
Trabaio na roça, de inverno e de estio
A minha chupana é tapada de barro
Só fumo cigarro de paia de mio (...)
Não tenho sabença, pois nunca estudei
Apenas eu seio o meu nome assiná
Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre
E o fio do pobre não pode estuda (...).
(Patativa de Assaré)*

Situada na zona limítrofe entre o recôncavo e o sertão baiano a cidade de Feira de Santana soube tirar proveito de sua ligação com o *sertão*, devido a sua localização estratégica como porta de entrada. Segundo Sousa (1999),

[...] Feira de Santana não sendo propriamente *sertão*, era a porta que se abria para ele, com as atenuantes, sem similares, entre qualquer outra cidade do interior baiano, de ser uma cidade prospera, dotada dos recursos citadinos estabelecidos para a época, atraindo populações de todo o estado que para aqui convergiam, buscando um maior conforto e melhor atendimento de suas aspirações. (SOUSA, 1999: p.49)

De acordo com Oliveira (2008), o modelo de cidade *sã*, investigado por Silva (2000), aos poucos foi sendo deixado de lado em prol do progresso e modernização da urbe. Ser reconhecida pelo progresso e civilidade era o desejo da elite local, fazendo uso de sua vocação comercial.

Por sua vez Oliveira (2011), coloca que a modernização da urbe ocorreu a partir da reorganização dos espaços, com a construção de novos prédios. O jornal *Folha do Norte* teve um papel fundamental na divulgação da imagem de cidade urbanizada de Feira de Santana.

Feira a cidadezinha do sonho e da melancolia de líricos sujeitos prosaicos, a Princesa do Sertão do apelido retórico vai se tornando, dia traz dia, uma grande cidade cresce. Avança. Progride. Movimenta – se. Já perdeu esse ar de pacata cidade do interior, com cadeiras na calçada e modinhas de tropeiros apaixonados a ecoar longuidas e ternas dentro nas noites enluaradas e tristes.

O progresso, na sua arrancada vem espancando o que resta de saudosismo e de pitoresco. A cidade já não quer acreditar no passado. Pensa no futuro. O que foi lá se foi. O passado aqui é uma licença poética já bastante desmoralizada pelos poetinhas de versos brancos e pelos croniqueiros de prosa amulatada (...) (*FOLHA DO NORTE*, n. 1713, 1942, p. 4)

Segundo este historiador, o código de postura de 1937 fez uma tentativa de remover do centro da cidade os elementos que lembravam o seu passado rural, evidenciando que naquele período o mundo rural era visto como sinônimo de atraso. Assim os sons dos cascos do cavalo, seu relinchar e o vai e vem dos homens encourados que contribuíam para o desenvolvimento do município, já não era bem vistos circulando pelo centro da cidade, de certa forma com a retirada destes tentava se um silenciamento de sua voz, uma vez que estes representavam o povo.

Oliveira (2011) analisa que em busca da *civilidade* existiu uma tentativa por parte das elites locais do apagamento da memória do povo feirense com relação a seu passado rural. Embora em 1940 mais da metade da população de Feira de Santana residisse na zona rural, este remetia a uma imagem negativa.

Naquele período, os setores dominantes da política e da economia local intensificaram os projetos de modernização com o objetivo de fazer parte onde estavam envolvidos os grandes centros urbanos do país. Contudo, a imagem feirense era fortemente ligada ao sertão. E sertão no pensamento social da época *era o mesmo que retrocesso e no imaginário social o rural era uma região seca, miserável pouco povoada. No discurso do período os poucos que viviam ali eram bárbaros/ não civilizados incapazes de evoluir socioculturalmente.* Em uma matéria publicada no ano de 1942, o jornal *Folha do Norte* fez uma reflexão sobre a importância do *sertão*,

A grandeza territorial do nosso país fez com que existisse apesar dos melhoramentos de nossas estradas e da preocupação dos governos de aumentar cada vez mais nossas vias de comunicação, o problema da desagregação. Não propriamente da desagregação política com uma multiplicidade de ideias e pensamentos, mas há falta d' uma maior aproximação entre as populações do interior e das capitais, d' um intercambio cívico que fizesse os esteios da nacionalidade, o povo vibrar unido e coeso nas aspirações políticas.

Agora tem – se felizmente procurado sanar este mal. Já existe a possibilidade de extinguil – o completamente e isto tivemos a prova com a realização do comício de domingo, onde agente feirense vibrou com a palavra de seus oradores, e sentiu o mesmo entusiasmo que se vem repetindo em todas as capitais dos Estados.

A alma das cidades sertanejas é a própria alma do Brasil por que é o Brasil caboclo, despido de qualquer influencia dos costumes estrangeiros, e vivendo uma vida própria enraizada ainda nos hábitos patriarcais, muito nacional (...) (*FOLHA DO NORTE*, n.1725.1942, p.2)

Assim o sujeito que habitava o interior *era bestializado no imaginário social da época, eram considerados brutos e incapazes de ser tornar civilizados.* Esta imagem também era representada pelos jornais feirenses, em imitações dos jornais sulistas: uma construção dos sertanejos que tinha como finalidade uniformizar um arquétipo de homem da roça.

1.1 UMA ESCOLA PARA *CIVILIZAR*: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS

De acordo com Werle nos de 1930 a 1950, no Brasil, o campo era a representação do atraso. Afirma que por um longo período a zona rural fora colocada no esquecimento.

É como se a zona rural não existisse, pois prevalecia a cidade na organização de serviços públicos e coletivos. A divisão em entrâncias exemplificava bem esta prevalência urbanista, atribuindo melhor remuneração aos profissionais de final de carreira que ascendiam a postos nas cidades, deixando aos que se iniciavam as zonas mais distantes e a menor remuneração. O que as escolas de primeiras letras ensinavam desviava as populações dos trabalhos agrícolas, enaltecendo apenas os valores urbanos e roubando do meio rural a energia indispensável ao seu próprio desenvolvimento (WERLE, 2006, p.119)

Esta autora informa que em 1930, Getúlio Vargas tomou à presidência da república através de um golpe de estado, adotando uma postura totalitária⁷. Contudo, uma de suas primeiras medidas foi à criação do Ministério da Educação e Saúde em 1932, tendo como primeiro ocupante Francisco Campos, *que tinha como responsabilidade organizar a educação e a saúde*. Promoveu a reforma do ensino secundário e superior, as reformas faziam parte do projeto do Estado, que era, mais uma vez, de formar uma elite intelectual.

Segundo Fausto (1995), Getúlio Vargas encontrou na educação uma forma de propagar sua ideologia. Com o seu governo totalitário e centralizador queria demonstrar uma imagem paternalista defensora dos mais necessitados o “pai dos pobres”. O objetivo de seu projeto educacional *era moldar a mentalidades dos indivíduos segundo os interesses do Estado*.

A reforma Francisco Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência do diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior. A complexidade do currículo, a duração dos estudos, abrangendo um ciclo fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, vincularam o ensino secundário ao objetivo de preparar as novas elites. Mesmo tendo – se o cuidado de ressaltar a distancia entre as intenções e as praticas, a reforma teve bastante significado considerando o baixíssimo nível institucional de que se partiu (FAUSTO, 1995. Pg.338).

Ter conhecimento de seu projeto nacional é importante para compreender o papel da escola normal de Feira de Santana, naquele período, e de anseios da elite local. O Brasil, nas primeiras

⁷ FAUSTO, Boris. Historia do Brasil. 8. ed. São Paulo, SP: EDUSP - EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2000. 657 p (Didatica). ISBN 85-314-0240-9 (broch.).

décadas do século XX, enfrentava sérios problemas econômicos devidos à crise do setor agrário exportador, o Estado passou a investir na indústria nacional, porém não si tinha uma mão-de-obra qualificada para exercer essas novas atividades seria necessário formar estes novos trabalhadores no dia 22 de janeiro de 1942 o ministro da educação Gustavo Capanema com o decreto-lei n. 4.048, criou SENAI que seria o responsável por treinar trabalhadores industriais.

Segundo Prado (1995) durante o governo de Getúlio Vargas foram implementadas algumas medidas institucionais no interesse do setor educacional. Uma delas foi à “situação do campo”, que segundo Werle sempre esquecido seus habitantes viam-se obrigados a abandonar a região rural e migrar para os grandes centros em busca de melhores condições de vida fazendo crescer de forma desordenada as periferias das principais cidades do Brasil a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, etc.

Em 1937, Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública substituindo Francisco Campos, que ficou no cargo durante três anos. Quando Capanema chegou ao ministério o embate entre renovadores e católicos com relação aos problemas educacionais já vinham diminuídos significativamente. Ao contrario de seu antecessor Gustavo Capanema conseguiu organizar o ensino, abrangendo o ensino primário e o médio que foi deixado de fora na primeira reforma realizada no Estado Novo. Como ficaram conhecidas na historiografia, as Reformas Capanema buscavam qualificar mão de obra para atuar nos diferentes ramos da economia.

Jesus (2011) analisa que o Brasil se recuperava de uma crise e começava a desenvolver uma indústria nacional, com este discurso à necessidade de formar mão de obra qualificada, não somente para as indústrias nas também para o campo. Possibilitado ao camponês ter uma melhor produtividade em suas lavouras com o uso de novas técnicas aprendidas na escola.

A principal preocupação de Getúlio Vargas (presidente do Brasil neste período) era a instalação de um processo industrial de base. A escolarização na cidade passou a fazer parte desse ideário, ou seja voltado aos interesses industriais. No campo não há alteração nos processos escolares, mas se evidencia a preocupação em enaltecer a vida do campo, preservando sua arte e folclore, visando conter o movimento migratório. (JESUS, pg.21).

De acordo com Horta (2010, pg.19), a educação no Brasil a principio tinha por objetivo formar a elite intelectual. No âmbito nacional, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a partir ano de 1942, com o nome de Leis Orgânicas ou como ficou mais conhecida Reforma Capanema organizou o ensino secundário a partir do decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos. O Ensino Primário foi

estruturado durante o governo provisório e no final do Estado Novo este permaneceu a cargo dos estados.

Esta autora informa que, com o fim do Estado Novo em 1946, as Leis Orgânicas através do Decreto – lei n. 8. 529 de janeiro o ensino primário foi organizado em todos os níveis com diretrizes gerais, mais a responsabilidade continuava dos estados. Já sob o comando de Raul Leitão da Cunha foi organizado o ensino normal a partir do Decreto – lei n. 8. 530 de 2 de janeiro e no mesmo ano com o Decreto – lei n. 9.613 de 20 de agosto o ensino agrícola, as práticas de técnicas agrícolas já eram utilizadas pelo corpo discente da Escola Normal Rural de Feira de Santana oito anos antes de ser empregado no restante do país, além da criação do SENAC-. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; com o Decreto – lei n. 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946.

Neste contexto foi criada a Escola Normal de Feira de Santana. A destacar nesta importante década de 1930 ações pioneira de educação na construção do modelo da escola normal rural no Brasil. Mennucci que em seu livro “*A crise da educação brasileira*” fez uma reflexão sobre a situação educacional do País que priorizava um grupo em detrimento do outro.

No Brasil, diversas pesquisas realizadas no entorno da História da Educação, enquanto campo historiográfico focalizam especificamente as Escolas Normais. Essas instituições foram táticas permanecidas e ressignificadas do uso da escolarização para controle e domínio das massas para que atuassem nos novos setores de trabalho que surgiam na sociedade. Uma das estratégias para que o projeto obtivesse êxito seria a partir da formação de professores moldados no padrão do governo que divulgariam sua ideologia entre os alunos (ARAUJO; 2011;pg.250).

As escolas Normais Rurais foram implantadas como escola que ligasse os seus conteúdos a realidade do local que estivesse inserida. Em 1934, Sud Mennucci, educador paulista defendeu a necessidade de uma formação para o homem da cidade, homem do campo e o homem do mar (WERLE, 2004, p.117), respeitando as diferenças regionais de cada individuo. Sud Mennucci defendia que;

Viciara-o e inquinara-o o nosso, durante mais de dois séculos de colônia e mais de meio de vida independente, o interregno das duas escravidões: a negra e a vermelha. Tendo organizado a fortuna pública a golpes de força, a lei áurea punha, sob os nossos olhos atônitos e assombrados, a figura torva da herança que a violência escravagista nos legara: a antipatia pelo trabalho, antipatia que se encanzinava particularmente contra todas as fainas agrícolas. Havíamos criado no espírito das classes menos cultas, e que constituem, em toda a parte, o cerne das nacionalidades, o horror pelas atividades mais rendosas e nas quais se baseia, invariavelmente, a riqueza do mundo. Desmoralizando e mesmo ridicularizando,

no seio das camadas populares, as virtudes supremas do trabalho, atingíramos em cheio, nos seus centros vitais, o da economia brasileira, desonrando-lhe as fontes de produção (MENNUCCI, 2006.p.31 e 32).

Para Mennucci nesta análise das primeiras décadas do século desenvolver tais tarefas, mesmo após o fim oficial do sistema escravista era visto por indigno de ser realizado por um homem de “bem”.

E se se quiser um exemplo bem nítido, bem vivo, bem característico da força com que esse preconceito hostil à atividade agrícola atuou sobre a nossa mentalidade, é só volver, ainda hoje, as nossas vistas para certos núcleos da população nativa. No tão falado pendor do nosso caboclo pela vadiagem, cuidam uns encontrar mamparrice pura e outros, moléstia apenas. Será, não duvidemos, doença em muitos casos, mas para mim, muito mais que propriamente indolência ou preguiça, no sentido fisiológico do termo, há, quase sempre, um resíduo da psicologia coletiva, oriundo dessa antipatia pelo trabalho, que se cristalizou em três séculos de tradição. O nosso horror por tudo quanto pudesse relembrar apenas infamante de escravos foi tão sensível, tão doentio e, humanamente, tão agudo que persistem ainda, por esse enorme Brasil afora, certas aparentes idiossincrasias, às quais debalde se encontraria explicação razoável. A ojeriza pelo milho, apesar de seu grande valor nutritivo, substituído pela mandioca inferior, que o caboclo de inúmeras regiões manifesta até hoje, só tem como motivo verdadeiro o haver sido o angu a base da alimentação do negro do eito. (MENNUCCI, 1934, pg. 32- 33)

Mennucci propôs um modelo de escola normal que aperfeiçoasse os professores apropriados para ensinar relacionando os conteúdos com o cotidiano dos alunos

Uma escola normal, portanto, para a formação de professores rurais, deve ter estas três diretrizes básicas: formar um profissional entendido de agricultura, formar um professor que seja ao mesmo tempo um enfermeiro, formar um mestre que entre para o campo com a convicção inabalável de que precisa ser ali um incentivador de progresso, seja qual for o atraso, a desconfiança ou a hostilidade do meio. Sem o conhecimento razoável das fainas agrícolas mais comuns, sem um curso de higiene rigorosamente feito, sem o pensamento central e definitivo de que o campo é o “habitat” da esmagadora maioria da população brasileira e que ali precisa permanecer, um mestre rural falhou antecipadamente à sua missão. E é porque o nosso professor vai ao campo receber lições, em vez de dá-las, que os nossos processos usuais de trabalho agrícola são primitivos, quando não mesmo pré-históricos. É porque ele não tem autoridade moral para aconselhar mudanças e para demonstrar-lhes o alcance, que numerosas tentativas de inovar métodos seculares e ineficazes não logram generalizar-se, e colocam o país em posição de inferioridade diante dos concorrentes. Ora, um aparelhamento educativo que não apresta a nação com as armas que lhe outorguem enfrentar facilmente a luta econômica, já se lavrou a si mesmo a sentença condenatória (MENNUCCI, 1934, p.189)

Quanto aos educadores, Mennucci apontava que os *professores eram jovens recém-formados nas escolas urbanas cujos currículos estavam focados para o cotidiano das cidades. Os jovens mestres não conseguiam se adaptar ao ambiente rural, vindo em sua nomeação para atuar*

nas escolas rurais como uma forma de castigo. Mas que a qualquer instante poderia ser resgatado dele.

O resultado só pode e só tem sido um: essa criança nunca será o professor que os meios rurais reclamam. Sentir-se-á num inferno, de que precisa sair o mais depressa, custe o que custar. Ali ele se estiola, atrasa e azeda. Mas enquanto espera a oportunidade de remoção, que lhe restituirá a liberdade, vai difundindo como um portador de bacilos insidiosos, idéias de hostilidade e combate à vida rural, mostrando-lhe as imperfeições, as inferioridades, a incultura, todos os lados feios. E dramatizando, quanto puder, o seu apostolado negativo com exemplos que calam fundo nas almas ignaras que doutrina, ou escudando-se na prática do ridículo constante e do motejo impiedoso, levará a cabo uma tremenda campanha cujas desastrosas conseqüências ele, o mestre, é incapaz de prever. (MENNUCCI, 1934,pg.50-51)

Assim, para Menucci, o aluno da zona rural não se identificava com os conteúdos abordados pelos jovens mestres que, por sua falta de experiência aliado a estranheza do lugar não se preocupavam em levar para seus alunos assuntos ligados ao seu cotidiano no qual pudessem notar semelhanças com a sua realidade.

[...]. Ensina a ler, a escrever, a contar, valendo-se de compêndios e material didático, que, noventa vezes sobre cem, não têm a menor relação ou mesmo a menor referência para com a vida rural e com a zona em que se utilizam. Os livros de leitura, então, como os instrumentos de mais largo e demorado emprego diário, são as nossas baterias urbanistas mais aperfeiçoadas.

Esses professore O professor ministra noções de geografia livresca. Que, apesar de se referirem exclusivamente ao Brasil, parecem dizer respeito a país de existência duvidosa, de tal maneira são abstratas, essas noções. E dá ainda lições de história e de educação cívica piores que livrescas, porque pedantes, e quiçá inacessíveis. Junto com perfuntórios conhecimentos de higiene que, de regra, não criam um hábito e não suprimem um vício, ensina ginástica sem plano e sem atender a preceitos rudimentares, talvez para fazer respondência aos trabalhos manuais fora do ambiente e redondamente inúteis à formação da crianças. (MENNUCCI, 1934,pg.80)

Para Menucci esses professores acabavam colaborando para o desenvolvimento de representações negativas entre as crianças camponesas de que o campo era um lugar pobre sem nenhuma perspectiva de melhoras para os que ali residiam. Sua expectativa explícita de sair levava a que concebessem que melhores condições de vida somente seria possível aos que quando crescerem fossem embora para cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho e na condição de vida, Adentrado bastante o século XX as escolas continuavam a seguir modelos da cidade.

Sobre esta questão, para Maia (1982) a escolarização do sertanejo no início do século XX foi uma tentativa dos governos de barrar o crescente deslocamento destes para os núcleos urbanos. De acordo com Maia (1982), foi a partir desse cenário de instabilidade social que a educação.

Portanto, não se trata de uma educação qualquer. É interessante observar o papel político que o discurso educacional cada vez com maior intensidade passa a desempenhar. Procura-se estabelecer uma relação direta entre a Educação e as condições de vida das populações. Se o homem urbano clama contra o desemprego e a carestia chega-se a questionar o valor da alfabetização que poderia estar provocando rejeição às ocupações inferiores que, até então, exercia conformado. Se não quer permanecer na zona rural, o problema também deve ser tratado no nível educacional. Trata-se de uma escola inadequada que não sabe valorizar a vida no campo. Colocam-se, desta forma, num segundo plano elementos que são os primordiais na questão social: a situação econômica dessas populações e a estrutura que as determina (MAIA, 1982,pg.27)

Segundo Maia (1982), por trás do discurso de preocupação com o elevado índice de analfabetismo da população rural estava embutido o desejo de que a educação possibilitasse o retorno dos camponeses para sua terra. A questão da educação rural envolvia muito mais que da vergonha do analfabetismo da maioria dos sertanejos, estava embutido o desejo de que a educação fosse capaz de fazer com que este indivíduo retornasse para sua terra, e diminuísse o inchaço dos grandes centros da cidade. Foi neste contexto dos anos 1930 que se reiniciou no Brasil um movimento em prol da educação voltada para o homem que vive na zona Rural.

A autora discute que os proprietários ruralistas queriam, sobretudo, que os sertanejos voltassem para o *sertão* com a finalidade de ter mão – de- obra para trabalhar em suas propriedades, pois, apesar de divulgarem que desejam uma maior valorização do *homem do sertão* o seu projeto também servia a seus interesses. Contudo, sua leitura é que foi a partir de suas manifestações que a educação rural passou a fazer parte do debate político no período.

Quanto ao cotidiano a autora indica que as escolas rurais de primeiras letras eram instaladas em locais inadequados com professoras muitas vezes leigas, que recebiam uma quantia irrisória para ensinar. A sua casa, como nos centros urbanos do início do século XX, servia de sala de aula para os pequenos sertanejos *que desde raia do sol já estavam trabalhando na roça com seus pais*.

Neste período, anos 1940, foi no Estado de São Paulo que primeiro se iniciou a implantação de escolas preparatórias de professores primários rurais. O idealizador desse modelo de instituição foi o educador Sud Mennucci, que também fazia parte do movimento do *ruralismo pedagógico*. No entanto, esta sua tentativa fracassou, somente sendo concretizado em 1934 na cidade de Juazeiro do Norte, do Ceará.

Na Bahia a situação da educação não era diferente. Segundo Cruz em texto sobre o tema “A educação primária rural no Estado da Bahia estava em grande media nas mãos de leigos. Além do

mais, o número de escolas desse nível de instrução não correspondiam às necessidades da população baiana em idade escolar “(CRUZ, 2012, p.45)”.

De acordo com Sousa (1999), apesar do empenho dos ruralistas para formar docentes, o despreparo ainda era motivo de reclamações,

Todavia, como acompanhei nos documentos, os esforços dos ruralistas de levar a educação para meio rural parecem não ter alcançado o êxito esperado, apesar de tantos discursos dos sujeitos da escola normal. Em 1941, ao ocorrer outra mudança nas regras referentes ao ensino normal, novamente com o intuito de melhorar formação das professoras que iriam atuar no interior, encontrei um ofício do presidente da Sociedade Agrícola de Alagoinhas reclamando da qualidade das professoras da zona rural. Nele, além de qualifica-las como despreparadas para atuar na zona rural, acusa-as se faltosas, isto quando atendiam as designações (Sousa, 1999.p.120)

Na pesquisa, as evidências registram que em 1941 a situação das escolas primárias rurais de Feira de Santana era ruim. Segundo a coluna do jornal *Folha do Norte*, que tinha o título “combate ao analfabetismo”, em resposta a uma carta do leitor que reclamava da falta de escola no interior, do descaso por parte do governo municipal com a questão da educação, mas que cobrava dos pais uma frequência dos filhos com pena de prisão ou multa caso a falta não fosse justificada. O jornal trazia a seguinte paródia,

Snh, José Antônio dos Santos.

Saudações

Tenho sob minhas vista sua cartinha em que você, afirma que tristíssima é a situação do trabalhador do campo que tem filhos precisando de instrução primária ante a falta de escolas em nossa zona.

Pergunto você, como poderá o pobre lavrador ficar incurso nas penas do Artigo 246 do novo Código Penal Brasileiro, que considera crime “deixar sem justa causa, de prover a instrução primária ao filho em idade escola e sujeito a detenção de 15 dias a um mês ou a multa de 200\$ 000 a 500\$ se não encontra a necessária escola para o filho?

Algo você que, o humilde lavrador não pode mandar o filho para colégio de morada nem contratar um professor particular quando não possui o necessário capital para o respectivo custeio, pois a sua situação é a seguinte.

Vicente Reis, articulista em sua coluna faz uma crítica a situação das escolas, da posição do governo que não oferece números de escolas suficientes, mas cobra dos pais que os filhos sejam mandados a estas. Em 1940, mais da metade da população do município de Feira de Santana ainda estava na zona rural, no entanto, faltavam escolas para atender a população rural. A profissão docente voltada para o meio rural tinha o objetivo de acabar com o improvisado no desempenho das realizações das aulas que na sua maioria era exercido por leigos.

Quanto ao cotidiano nestas escolas, aponta que o tempo para o campesino transcorria diferente do da cidade, meninos e meninas que moravam na zona rural de Feira de Santana enfrentavam vários problemas para conseguir estudar, a exemplo das distancias percorridas e da falta de professor.

O trabalhador rural saia para trabalhar antes de o sol nascer e volta quando ele se pôs. Suas atividades dependem das climáticas. Têm o período das colheitas época ocorria o aumento da evasão escolar, pois estes pequenos sujeitos já tinham responsabilidades de ajudar seus pais na colheita.

A presença de uma instituição de ensino como a Escola Normal Rural de Feira de Santana, reforçava o projeto da elite local de modernidade e civilidade no município. A circulação das normalistas pelas ruas do centro da cidade era utilizada para propagação da imagem de cidade progresso por parte da classe dominante.

Na documentação da Escola Normal Rural⁸, em seus livros de matrículas, foi possível uma primeira identificação das famílias das futuras professoras. Esta documentação traz os nomes, naturalidade, local onde residiam as moças; o nome do pai, e em raras a exceções o da mãe, que utilizei a partir da metodologia nominativa (GINZBURG:174,1989) cruzando estes registros em busca das relações familiares e políticas, econômicas das normalistas.

Os livros de matrícula registram que as futuras professoradas eram oriundas da própria sede e dos distritos e da circunvizinhança, a exemplo de; Alagoinhas, Castro Alves, Santo Amaro, Cachoeira, São Gonçalo, Riachão do Jacuípe e da capital Salvador, e os demais vinham de outros estados como, Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro.

As “moças” que vinham estudar na instituição se instalavam nos bairros mais próximos da escola região “nobre” da cidade, muitas em pensionatos específicos. O currículo da Escola Normal Rural foi criado para formar professores para atuar primeiras series na zona rural. De acordo com Cruz (2012), *todas as escolas do interior tinha a mesma grade curricular*, regulado pelo Decreto – lei nº. 12.691., de 5 de Março de 1943. Nos artigos- 1º e 2º estava prescrito que as matérias ficariam organizadas em 5 anos e distribuídas em

QUADRO DE DISCIPLINAS DAS ESCOLAS NORMAIS RURAIS

⁸Documentação levantada pelo GRUPO DE PESQUISA Histeice.

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Português	Português	Português	Pedagogia História da Educação e Metodologia	Literatura Nacional
Francês	Francês	Francês	Português	Educação Moral e Cívica
Aritmética	Aritmética	Aritmética	Ciências Física e Natural	Pedagogia e História da Educação
Geografia Geral	Geografia Geral	Geografia Geral	Psicologia educacional e Estatística	Metodologia a Especial
Metodologia a Especial	História do Brasil e Educação Cívica	História do Brasil e Educação Cívica	História do Brasil e Educação Cívica	Higiene Escolar, Puericultura e Educação Sanitária.
Agricultura Pratica	Agricultura Pratica	Ciências Física e Natural	Higiene Geral e Rural	Estatística Aplicada e Administração Escolar
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Agricultura Pratica/ Trabalhos Manuais	Geometria	Agricultura Pratica
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Educação Física	Desenho Aplicado	Desenho Aplicado
Educação Física	Educação Física	Canto orfeônico	Canto orfeônico	Trabalhos Manuais
Canto orfeônico	Canto orfeônico	Desenho e Caligrafia	Trabalhos Manuais Educação Física	Educação Física Canto orfeônico

Quadro de disciplinas

Fonte: (Livros) Legislação da educação na Bahia: leis, decretos-leis e legislação complementar: 1920-1980 / 2008.

SOUSA (1999) indica que as disciplinas específicas para formação rural da Escola Normal de Feira de Santana estavam subdivididas em vários tipos de cultura, arboricultura, horticultura, silvicultura, jardinagem, citricultura, etc. Noções de drenagem, irrigação, máquinas e operações de cultivo e preparo do solo e zoologia animal. Contudo, seu depoente o dr. Pericles Rocha Ramos, relatou que as aulas pareciam mais de jardinagem do que propriamente de ensino de técnicas agrícolas.

Bom, então eles tinham um terreno, do outro lado da Rua da Aurora, mas eles cultivam ali umas bobagens, não sabe? Mas de ensino rural, não tinha nada, bah! Eles não deviam nem ter... bah! Por que, aquele negócio de jardinagem deles, eles podiam fazer sem precisar disso, sem mudar o nome da escola, e eu naturalmente

ô, eu não, me lembro se na época eles estavam com muita sobre, sobre..., o campo, mais o fato que a Escola Normal não deu resultado nenhum. Posso lhe afirmar que não vi nada (Sousa: 1999: pg.117) .

Para este depoente, sujeito da Escola Normal, as aulas específicas não passavam de passeios pelas cidades vizinhas e cuidados com as poucas culturas existentes no horto da escola. (SOUSA: 1999). Contudo, até estas excursões pedagógicas foram prejudicadas em 1945 quando a escola enfrentava uma crise financeira como consta no livro de correspondência de 1945/46. As excursões pedagógicas pioraram a partir do Decreto Lei n. 12. 663, de 20 de janeiro de 1943, que extinguiu as atividades extraclases da Secretaria de Educação.

“A pratica é velha nos outros Universitários, do regime de excursões, dando ótimos frutos. Não dispõe a Escola de nenhuma verba para esse fim. O professor de agricultura encontra dificuldades serias para suas demonstrações praticas em estabelecimentos industriais como exige o Regulamento”⁹.

Neste período a escola passava por sérios problemas financeiros devido aos atrasos dos repasses do dinheiro por parte da Secretaria de Educação para a manutenção desta. A todo o momento eram relatados as dificuldades para a realização das mais simples atividade escolares para a Secretaria de Educação.

⁹ LIVRO DE CORRESPONDENCIA DE 1946 – 1953 da Escola Normal Rural de Feira de Santana.

CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO RURAL FEIRENSE EM MEMÓRIAS DE PROFESSORAS E ALUNOS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

"Memória é... não uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos... memória específica para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, memória étnica que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, memória artificial, eletrônica em sua forma mais recente, que assegura sem recurso ao instinto ou à reflexão a reprodução de atos mecânicos encadeados." (1964-65, p.269).

Jacques Le Goff.

2.1-LUGARES DE ENSINO: DESIGNAÇÕES E NOMEAÇÕES DE PROFESSORAS RURAIS EM FEIRA DE SANTANA

Nos anos 1935/1950 o município de Feira de Santana contava com uma Escola normal Rural, “*com ênfase na formação específica de professoras para as zonas rurais, interligada a um projeto nacional, capitaneado pelo governo federal*”. Sousa (1999) aponta que a Escola Normal Rural de Feira de Santana

[...] a educação para meio rural parecem não ter alcançado o êxito esperado, apesar de tantos discursos dos sujeitos da escola Normal. Em 1941, ao ocorrer outra mudança nas regras referentes ao ensino normal, novamente com o intuito de melhorar formação das professoras que iriam atuar no interior, encontrei um ofício do presidente da Sociedade Agrícola de Alagoinhas reclamando da qualidade das professoras da zona rural. Nele, além de qualifica-las como despreparadas para atuar na zona rural, acusa-as se faltosas, isto quando atendiam as designações (SOUSA, 1999,pg.120)

De acordo com Cruz (2012), a maioria das salas de aula das escolas rurais baianas tinham professoras leigas a sua frente, sem uma formação adequada que lhes desse respaldo para assumir uma sala de aula. buscando a origem e local de moradia das aspirantes, normalistas e professorandas¹⁰.

A partir desta afirmação, ao analisar os registros das aulas do município dos anos de 1940-50 notei que havia uma discrepância entre o número de alunas que se formavam e as professoras

¹⁰ Aspirantes: Pessoa que aspira a alguma coisa; normalistas: Estudante do curso pedagógico, que formava professoras nas escolas normais de todo o país para o ensino primário e professorandas: Aquela que está em vias de se tornar professora. A que estuda ou se prepara para isto.

que eram nomeadas. Em media eram formadas 20 a 25 professorandas por ano. Tal número era suficiente para que mais da metade das classes rurais tivessem mestras com formação adequada para operarem neste meio.

Contudo, partindo dos decretos de nomeações de professores para ministrar aulas nas escolas rurais do município ao longo do período estudado, constatei que ocorreram poucas nomeações, além de alguns pedidos de exoneração do cargo de professor das escolas dos distritos, principalmente dos mais distantes, a exemplo da professora Alaide Cerqueira de Oliveira que pediu exoneração da Escola Municipal de Bomfim de Feira, em 22 de novembro de 1944, não informando o motivo de seu afastamento, já a professora regente Maria dos Santos alegando motivos de saúde solicitou sua exoneração em 02 de março de 1946 da Escola Municipal do distrito de Tanquinho. Em seu lugar foi nomeada, em 18 de abril de 1944, a *jovem mestra Helena A. Ribeiro até que a regente da cadeira pudesse retornar a sua cadeira.*

Também os casos de remoção, como o dos professores Edivaldo Suzart Lima removido da localidade do Sítio, neste município para Irará e da professora Ana da Silva Carneiro Paolito, de Irará para Sítio.

Nomeação	Local de designação
Prof ^a . Maria Diva Matos Portela	Regente de 3 ^a classe – Santa Barbara
Prof ^o . Álvaro Zózimo da Silva	Regente de escola anexa a ENRFS – Sede
Aluna – mestra M ^a . Angélica Martins da silva	Substituta - Sede
Prof ^a . Maria José Navarro	Regente - São Nicolau (distrito de Tanquinho)
Prof ^a . Rita do vale	Regente – Das Almas
Prof ^a Eudira Cunha Ribeiro	Regente – Tanquinho
Prof ^a Lídia da Silva Carneiro	Substituta- “ Tito Rui Barcelar”

Fonte: Jornal Folha do Norte

Esta discrepância entre o baixo número de designações e nomeações para a zona rural versus o número de professorandas por ano levou ao questionamento sobre quem eram os professores que estavam em sala de aula na zona rural?

As fontes registram que boa parte eram de professores sem a formação específica, denominados comumente de “leigas”. Sobre este termo e seu uso no ensino, Aguiar afirma que nas escolas em que não se encontravam professores regentes com formação profissional a cadeira era ocupada por professoras/leigas. O autor explica que este termo ou denominação

O uso da palavra “leigo/a” se tornou usual na Idade Média quando se queria fazer alusão àquela pessoa ignorante dos mistérios sagrados por não ter sido iniciada na catequização ou nos assuntos religiosos. Com o desenvolvimento semântico, a

palavra “leigo/a” se tornou sinônimo de pessoa que ignora um assunto por que não o domina. Quando se examina hoje a questão do professor/a leigo/a se está claramente sugerindo, segundo Amaral (1991) “professores/as que desconhecem ou são ignorantes do trabalho que fazem e, mais especificamente, daqueles professores/as que não possuem uma formação básica para lecionar em determinado nível ou série” (AGUIAR, 2007, pg. 20).

Sobre a presença do/as professor/as leiga/os na educação brasileira , e dos mecanismos para sua existência e permanência, Aguiar comenta que,

No campo da legislação, percebe-se que as leis sempre deram brechas com uso de eufemismos para tratar esta questão, sempre criando cargos nas carreiras do magistério contemplando professores/as não habilitados. Quando analisamos as leis orgânicas do ensino normal de 1946, é visível o tratamento que a legislação dá quando estabelece níveis diferenciados para a formação do magistério, criando assim, as escolas normais de primeiro ciclo, que davam habilitação para o professor/a/a atuar na zona rural e nas periferias urbanas e a escola normal de segundo ciclo que habilitava professores/as primários. (AGUIAR, 2007.pg. 20)

No cenário rural do município de Feira de Santana era bastante comum a presença desses sujeitos atuando em sala de aula. Cruzando os registros de designação entre 1940 /50 com as listas de matriculadas e das professorandas da ENRFSA é possível evidenciar que poucas se direcionaram a exercer o “*magistério no sertão*”

Dentre as que foram exercer a profissão de professorada em localidades de difícil acesso entrevistei duas professoras, ambas leigas, que ensinaram em escolas instaladas em fazendas das suas famílias nos distritos de Jaguará e no povoado de Pé de Serra (Distrito de Maria Quitéria), durante muitos anos. Estas eram as únicas escolas publicas da circunvizinhança na época, com a responsabilidade de alfabetizar os filhos dos empregados da fazenda e os das demais fazendas. A partir das entrevistas busquei compreender a realidade da educação rural em Feira de Santana.

2.2-MEMÓRIAS/ RELATOS DE PROFESSORAS LEIGAS E EX – ALUNOS

De acordo com Jacques Le Goff a memória não esta ligada a inteligência, mais a mecanismo de fixação que elegem comportamentos específicos que são armazenados.

“a Memória, não sendo a História, é um dos indícios, documentos, de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo.”

Quanto ao uso de fontes orais estas como qualquer outro tipo de fonte contem a memória individual ou coletiva de determinados grupos:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992: 17).

Partindo desta posição de Le Goff considere que os sujeitos rurais, no período estudado, no caso as professoras leigas rurais, trazem em suas memórias vestígios do cotidiano escolar, da *cultura escolar* vivida. Para Dominique Julia a cultura escolar é;

[...] como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, 10)

A partir das memórias dos sujeitos que compunham o cenário da escola rural em Feira de Santana busco compreender através de suas memórias o cotidiano dentro do espaço de aprendizado refletindo sobre a relação entre estes e como estas professoras sem formação empregavam em suas classes as técnicas pedagógicas. Ao entrevistar d. Celina e d. Deuzuita e mais dois ex- alunos da época, d. Maria Lucia e seu Sebastião (seu Selino como gosta de ser chamado) procurei dialogar com duas versões diferentes com relação ao ensino e aprendizado no meio rural feirense, visto que ambos pertenciam ao mesmo ambiente mas ocupando papéis e cenários diferentes, pois as professoras eram as filhas de fazendeiros da região que possuíam certa influência política no município, o que possibilitou a colocação das escolas em suas fazendas. Enquanto os ex- alunos eram filhos dos vaqueiros, posseiros, empregadas domésticas e de outros que prestavam serviços na fazenda ou em outras da região.

A delas é d. Celina Miranda de Oliveira, hoje com 79 anos, casada, mãe de três filhos que ensinou em uma escola municipal, na fazenda Boa Vista no povoado de Pé de Serra, escola esta que ficava localizada na fazenda professora pertencente a sua família. A segunda foi a ex – professora

Dezuita Figueiredo, hoje com 84, que ensinou também ensinou numa escola que ficava na fazenda, de sua própria família, por muitos anos até pedir transferência para uma escola mais próxima do centro da cidade. Sobre sua formação e como conseguiu a vaga D. Dezuita colocou que

Quando comecei a das aulas tinha 20 anos, era a filha mais velha de cinco irmãos. Gostava de lê, mesmo não tendo acabado os estudos, fiz até a 8 série, logo sabia lê e escrever e na época não precisava mais do que isto. Todos diziam que tinha jeito de professora era muito paciente, religiosa e gostava muito de crianças, nesta época já tinha alguns afiliados que se multiplicaram quando passei a em ensinar.

Meu pai tinha muita amizade com alguns políticos, quando surgiu à oportunidade colocaram lá. Na redondeza não tinha nenhuma, os filhos dos empregados da fazenda não estavam estudando, por que a escola que tinha ficava muito distante para eles irem. Quando ficaram sabendo que eu daria aula, as mães ficaram muito contente. Alguns meninos não, principalmente os mais crescidos (depoente Celina)

Eu era bem mocinha, acho que tinha uns 15 anos, *minha mãe que era a professora antes de mim, ela dizia que não tinha paciência mais que os meninos eram muitos rudos. E como eu sabia lê e escrever poderia ocupar seu lugar. Eu com 15 anos já estava na 6ª série* (do antigo ginásio)

Segundo a depoente a escola foi transferida dois anos após sua instalação para uma fazenda vizinha devido à troca de governo.

Eu já não iria continuar mesmo *a ensinar, por que iria me casar, mas minha irmã ficaria em* meu lugar, mas nas eleições daquele ano o candidato que papai apoiava perdeu – risos – também perdi. O dinheiro era pouco, pouco mesmo! Não como dizem agora que o professor ganha pouco, mais serviu para fazer meu enxoval. Sentir falta quando parei, pois só casei um ano depois
Passei muitos anos ensinando na fazenda até pedir transferência para a cidade, quando resolvi concluir o segundo grau, não dava para continuar na fazenda ir e vim todos os dias seria muito cansativo. Então fui morar com uns parentes. Estudava pela manhã e atarde dava aulas na escola.

Quanto ao cotidiano em sala de aula e das condições de ensino relatou que

A escola ficava em um galpão lá da fazenda, tinha um bom espaço só faltava mesas e cadeiras para todos, assim muitos sentavam no chão para fazer o deve. O ruim que só possuía um único quadro ainda pequeno para dividir com as quatro turmas; 1ª a 4ª série. Fazia primeiro as tarefas dos maiores que andavam mais rápido. Enquanto copiavam tomava a leitura ou a tabuada dos menores e fazia a verificação dos que tinham feito os exercícios de casa. Mesmo com todas as dificuldades aquela época me trás boas recordações. (Dezuita)

A segunda professora leiga rural foi D. Celina. Sobre o lugar de sua escola,

As aulas aconteciam em um quartinho que antes era utilizado para guardar às ferramentas, era um pouco apertado para o tanto de meninos, mas dava - se um jeito apertava dali, apertava daqui e assim continuamos por alguns anos até que o prefeito com apoio do meu pai construí um galpão maior. Ai as coisas ficaram um pouco melhor dava para me movimentar na sala mais, antes era um pouco difícil devido às mesas ficava muito próximas umas das outras. Não era professora formada quando comecei mais acho que na época com o que tinha a minha disposição ate que me sair bem. Faltava de tudo [...] não tinha giz quase sempre livro meu Deus nem pensar o quadro já tinha anos de quadro negro estava se transformando em branco. Não tinha mesas e cadeiras suficientes para todos os que chegavam primeiro garantiam seu lugar na mesa os que não conseguiam sentavam no chão e eu dava um pedaço de tabua para eles escreverem melhor. Eu ensinava por gosto não pelo o dinheiro que era uma porcaria. Além de, quase todos os meses atrasava. Imagine! se faltava material para o professor e para os alunos que em sua maioria não tinha como adquirir. Era difícil vê o esforço de alguns em querer aprender mais não tinha condições comprar o básico que era o caderno e o lápis

Em sua fala d. Maria Lucia, relata as dificuldades que encontrou para *aprender a ler e escrever*. Segundo suas palavras, *mesmo morando na fazenda a sua casa ficava muito distante da sede, local onde aconteciam as aulas,*

“Era num sala grande, cumprida tipo um galpão do lado da fazenda, d. Zefinha tinha uma paciência com agente, queria que todos os dias nois fosse para a escola, mas era muito cansativo, principalmente pra mim que tinha as obrigações antes de ir. Lutava contra a fadiga mais tinha vez que ela era mais forte. Era té divertido!! ia eu, mais dois irmãos menores e mais alguns vizinhos. tinha vez que que nem chega na aula, mudava o caminho para o rio [...](uniformize a letra da citação, ora esta em 10 oura em 11)

Hoje com 70 anos, ela conta às dificuldades que enfrentou e na sua fala aparece o cotidiano de gênero das meninas da zona rural

(...) era muito difícil aquela época, eu antes ir para casa da professora, tinha que ir no tanque, lavar ele todo espera que minasse água limpa, encher a casa toda dia água antes de sair. Tinha dia que eu de tão cansada nem ia lá. Meu pai também não queria que eu estudasse das oito filhas mulher eu fui à única que aprendi a fazer o nome, minhas outras irmãs meu pai não deixou por que disse que menina que aprendia ler era para escrever carta para namorado e logo ia se perder e ficar mal falada. Eu talvez por a caçula de treze irmãos: oito moças e cinco meninos homem Os meninos meu pai dizia quem sabe com estudo tenho um filho doutor.

(...) ETA época braba, nem lembro se brincava, lá no varandado de d. Zefinha que ela ensinava depois que o riu encheu e derrubou o galpão que era feito de taipa, era menino de todo tamanha vinha da Lizibia, ate do outro lado do rio. Agente respeitava a professora ela era como nossa mãe, minha mãe dizia:___ oia o comportamento, a professora é mais que eu, pois ela tá ti dando leitura, para ocê ser gente amanha depois.

A partir do relato de d. Maria Lucia pude observar as relações sócio- políticas entre os diferentes sujeitos apontados por Faria Filho dentro do espaço escolar;

De outra parte, ao lançar luzes sobre as práticas de apropriação das quais, de alto a baixo, os saberes escolarizados são produto, tais investigações nos permitem perceber os constrangimentos sociais e escolares a que os sujeitos escolares estão submetidos e, por outro lado, as artimanhas criativas postas em ação por estes mesmos sujeitos para dar conta de dar sentido às suas ações e, de uma forma mais geral, à própria escola (FARIA FILHO,2004, pg.151).

O jogo de conflitos ou a diversidade cultural dos indivíduos que compunham o espaço escolar e suas ações são os elementos que formam a escola. E dentro deste espaço a professora era detentora do “poder”, exercendo sobre os alunos controle como relata d. Deuzuita,

[...] _ eram muitas crianças ao mesmo tempo com idades diferentes, quatro turmas ao mesmo tempo, mas se chegasse alguém lá nem notaria que ali existia uma escola, total silêncio, sem bagunças, todo mundo fazendo as suas atividades na mais perfeita ordem e os que por algum motivo tentasse perturbar na aula tinha a palmatoria.

.

2.2.1-TEMPO E ATIVIDADES ESCOLARES: memórias de alunos rurais

No meio rural, como afirma Thompson o tempo transcorre lentamente comparado ao tempo na cidade, conseqüentemente as ações dos homens nestes lugares seguem o fluxo da natureza. O relógio dos campesinos são os movimentos que o sol executa ao longo do dia.

Da mesma forma, o trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer “natural” numa comunidade de agricultores, especialmente nos meses da colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades. E observamos ritmos de trabalho “naturais” semelhantes acompanhando outras ocupações rurais ou indústrias: deve-se cuidar das ovelhas na época do parto e protege-las dos predadores; as vacas devem ser ordenhadas; deve-se cuidar do fogo e não deixar que se espalhe pelas turfás (e os queimam carvão devem dormir ao lado); quando o ferro esta sendo feito, as fornalhas não podem apagar (THOMPSON; 1998;pg. 271)

A educação rural também sofria com os fenômenos da natureza, a exemplo do relatado por d. Lucia que ficou sem aula devido à enchente do rio no inverno e quando as aulas voltaram tiveram que estudar em um local improvisado, na varanda da casa de d. Zefinha. Além disso, as aulas foram interrompidas por que chegou ou período do plantio e a maior parte dos alunos tinha que ajudar seus pais ou “na lida” na roça ou como era no caso de d.Maria Lucia que tinha que ficar em casa

cuidando dos irmãos menores enquanto sua mãe trabalhava na roça com seu pai e os dois irmãos maiores (Zinho e Gerson).

Nesta época todos tinham suas tarefas lá em casa, e no período da plantação e colheita meu pai sempre deixava marcado o que cada um iria fazer. Eu quase sempre ficava em casa cuidando dos menores, mas as vezes preferia ir para roça, porque os meninos eram muito danados eu tinha que olhar eles e fazer as coisas em casa para quando chegassem da roça a comida já estivesse pronta. No inverno o trabalho aumentava, mas sabe de uma coisa eu nem ligava até gostava a gente acordava bem cedo eu buscava o leite no curral enquanto minha mãe preparava o café e dava aos outros. Tenho saudades dessa época.

Quanto ao espaço das atividades escolares e os conteúdos passados, tanto seu Selino e quanto d. Lucia relatam as práticas parecidas desenvolvidas pelas suas professoras “*conhecer as letras, os números e aprender escrever seus nomes*” e que as suas professoras de 1ª a 4ª serie foram as mesmas. Era a mestra de escola em continuidade as praticas do século XIX de uma aula comum com um único/a professor/a e seus/suas alunos/a.

Todos ocupavam o mesmo espaço, sendo separados apenas pelo nível de aprendizagem de cada um. Outro ex - aluno entrevistado foi o senhor Sebastião Soares Coutinho, 71 anos, morava na Fazenda Consolo no distrito de Jaguará. Estudou na Escola Municipal Fazenda Tigre, a escola ficava na fazenda de Josias Carneiro, sendo as professoras suas duas filhas Rosa que foi à primeira professora da escola ficando afrente desta ate seu casamento quando mudou para sede do município sendo substituída por sua irmã Zelita que o senhor Selino disse ser “moça velha”. “*tive que deixar de frequentar a escola, a professora por ser moça velha – que nunca tinha casada – não queria rapazes em sala. Na verdade aprendi mais nas ruas do que na sala de aula*”. Com relação ao cotidiano, com as atividades, os conteúdos e aprendizagem sr. Selino relata:

_ A sala de aula era assim: era ABC, a professora do 4ª ano ela ensinava ABC, a cartilha do povo, o 1ª ano, o 2ª ano, o 3ª e o 4ª ano tudo era uma professora, numa sala só dividia, só ensinava todas as matérias, não tinha este negocio de diz cada qual tem uma sala não senhora! _ uma sala grande igualmente aqui, tinha as carteiras e ali, cada qual ficava a seleção 1ª, 2ª, 3ª e 4ª ano. (Celina)

__ Naquela época o ensino era de acordo com a memoria dos alunos, elas ensinavam-nas agente tinha que se esforçar, eu mesmo aprendi pelos milagres de Deus! Eu aprendi mais andando do que na escola. Por que eram quatro filhos, todo mundo hoje sabe assinar: meu pai não sabia lê, minha mãe não sabia lê. agente tomava tanta reguada, elas passava o deve não tinha que nos ensinasse, morávamos distante. Pai não sabia, mae não sabia como é que agente ia levar pronto para entregar a professora

Para aprender apenas assinar seu nome naquela época seu Selino conta que enfrentou muitas dificuldades para chegar até a escola:

_eu tinha que caminha 5 quilômetros todos os dias, tinha de ir de a pé cortando capim, gado e cachorro, pois eu morava em uma fazenda e a escola ficava em outra fazenda mais era distante, tinha outra mais era também distante que ficava na fazenda de Os mundo, mais distante vindo para Jaguará, tinha outra que chamava Perola lá por lado de Zé Carneiro tudo lá por lado de Jaguará mais tudo distante, não tinha nada perto nada fácil – Tinha vez que agente saia de lá para uma escola no pato para la da Venda Nova faz serviço da escola, a gente vinha caminhando, saindo de lá 7 horas chegando 11 horas passava o dia e depois voltava ainda a noite tinha que atravessar o rio para ir para casa.

Depois em seu relato seu Selino, comenta que só tinha aprendido a assinar seu nome. Mais demonstra com certo orgulho que seu irmão Tiago que atualmente vive em Salvador *“Esse sim tinha memória, concluiu o 4º ano, mas parou ai, pois, nosso pai não tinha condições de bancar ele em Feira, nem tinha parentes lá na época”*.

Como na entrevista realizada com diferentes tipos de sujeitos nota – se que alguns elementos fazem parte da memória de ambos: o exemplo do “poder” do professor em sala de aluna e de sua posição social na sociedade, aliado ao comportamento dos alunos mesmo em classes multisseriadas. A educação rural permitiu ao historiador da educação compreender estas comunidades que durante séculos foi colocada as margens das políticas publicas. (BASTOS & STEPHANOU, 2005).

Feira de Santana possuía na metade do século passado uma escola destinada à formação de professores rurais, no entanto no decorrer de minha pesquisa deparei com duas ex – professoras leigas que atuaram no distrito de Jaguará. Quando a elite feirense requereu perante o governo do Estado a permanência e ressignificação da escola normal no município almejavam fazer parte do projeto nacional que desejar tornar o Brasil um país civilizado e industrializado.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. *In: Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.p. 278-295.
2. GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. P. 169-178
3. HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
4. JESUS, Vania Cristina Pauluk de. **A educação no campo na história educacional brasileira: alguns apontamentos**VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Unicamp – FE, Campinas (SP), Brasil, 2006. Disponível
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vania%20crisrina%20pauluk%20de%20jesus.pdf: >Acessado em 23/02/2016.
5. JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. 2001, p.p.10 – 43. Disponível em: . Acesso em: 16 de out. de 2015
6. MAIA, Eni Marisa. **Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos?**. In: Em aberto, ano 1, n. 9, Brasília, setembro, 1982. Pg.27-33´
7. OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanheceste: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. Dissertação (tese de Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2011.
8. PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Disponível.: Acesso em: 28/07/2015.
9. SALVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. *In: Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.p. 30- 39.
10. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.
11. SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945 / Ione Celeste de Sousa**. São Paulo: EDUC, 2001.
12. STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. História, memória e história da educação. *In: Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.p. 416 - 130.
13. WARDE, M. J. O professor/a leigo/a: Até quando? Em Aberto, Brasília, n.32, out/dez. 1986.

Fontes

Dados extraídos da Enciclopédia dos municípios brasileiros.

Disponível:<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>..

Jornal Folha do Norte – 1940/ 1950

Livro de Correspondência da Escola Normal Rural de Feira de Santana – 1946/1950

Livro de Correspondência da Escola Normal Rural de Feira de Santana – 1940/ 1945

MENNUCCI, Sud. **A crise brasileira de educação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Piratininga,1934

Entrevistas –

Celina Miranda de Oliveira 19/03/2016, Feira de Santana.

Deuzuita Figueiredo 19/02/2016, Feira de Santana, Ba.

Maria Lucia dos Santos Pereira 12/12/2015, Feira de Santana, Ba.

Sebastião Soares Coutinho 15/02/2016, Feira de Santana. Ba.